



A. Lima
1

**CONTRATO-PROGRAMA
DE
DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA**

**Objecto:
Apoios a Agrupamento de Clubes e a Clubes**

Outorgantes:

- 1. Federação de Motociclismo de Portugal**
- 2. Motor Clube do Estoril (MCE)**

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
APOIOS A AGRUPAMENTO DE CLUBES E A CLUBES

Entre:

- 1. A FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL**, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 38/94, de 30 de agosto, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 209, de 9 de setembro, com sede no Largo Vitorino Damásio 3 C - Pavilhão 1, 1200-872 LISBOA, NIPC 502802081, aqui representada por Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro, na qualidade de Presidente, adiante designada por **1.º OUTORGANTE**;
- e**
- 2. O MOTOR CLUBE DO ESTORIL (MCE)** com sede na Avenida Alfredo César Torres, km 6, Loja 1, 2676-901 Alcabideche, NIPC 504972960, aqui representado por António da Rocha Lima, na qualidade de Presidente, adiante designado por **2º OUTORGANTE**.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto - e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - em conjugação com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à organização pelo 2.º OUTORGANTE de 4 (quatro) eventos desportivos nacionais a realizar no Circuito do Estoril enquadrados na organização dos quadros competitivos nacionais – Campeonato Nacional de Velocidade de 2017(CNV2017).

CLÁUSULA 2.ª

Período de execução do programa

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA 3.ª

Comparticipação financeira

Para a organização dos eventos desportivos referidos na cláusula 1.ª supra, constante da proposta de calendário do CNV2017 apresentada pelo 2.º OUTORGANTE (17 e 18 de junho, 23 e 24 de setembro, 14 e 15 de outubro e 28 e 29 de Outubro), é concedida a este pelo 1.º OUTORGANTE uma participação de **€39.925,80** (trinta e nove mil novecentos e vinte cinco Euros e oitenta cêntimos) que corresponde ao aluguer das infraestruturas do Circuito do Estoril para a realização daqueles 4 (quatro) eventos desportivos.

CLÁUSULA 4.ª

Disponibilização da participação financeira

A participação referida no n.º 1. da cláusula 3.ª é disponibilizada até 5 (cinco) dias úteis antes da realização de cada evento desportivo referido na cláusula 1.ª supra.

CLÁUSULA 5.ª

Obrigações do 2.º OUTORGANTE

São obrigações do 2.º OUTORGANTE realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes do Regulamento Nacional de Velocidade e da homologação do Circuito.

CLÁUSULA 6.ª

Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do 1.º OUTORGANTE quando o 2.º OUTORGANTE não cumpra:
 - a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
 - b) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo do disposto na cláusula 5.ª, concede ao 1.º OUTORGANTE, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verificar a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objeto deste contrato.

CLÁUSULA 7.ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º **OUTORGANTE** do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA 8.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

CLÁUSULA 9.ª

Vigência do contrato

Salvaguardando o disposto na cláusula 2.ª e sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidas na cláusula 5.ª supra, o presente contrato termina em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA 10.ª

Disposições finais

O presente contrato produz efeitos desde 1 de janeiro de 2017.

Assinado em Lisboa, em _____ de dezembro de 2017, em dois exemplares de igual valor

O Presidente da
Federação de Motociclismo de Portugal



(Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro)

O Presidente do
Motor Clube do Estoril



(António da Rocha Lima)